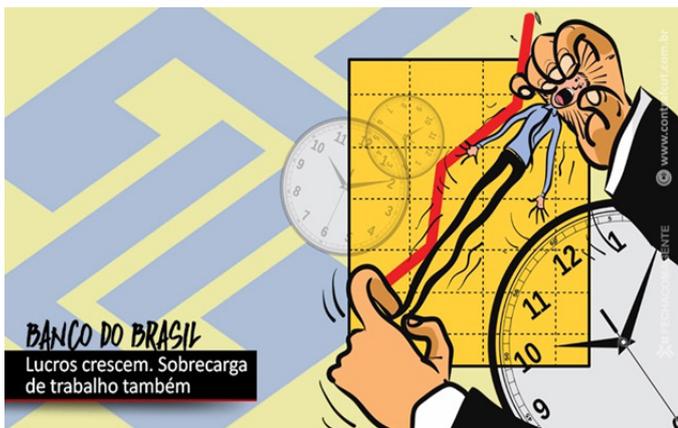




BB bate novo recorde de lucro, mas se distancia de função pública

Em governos anteriores, banco apresentou lucros consideráveis, sem deixar de cumprir função pública, o que não ocorreu nos últimos anos



O Banco do Brasil voltou a bater recorde semestral de lucro. De julho a setembro, o lucro líquido foi de R\$ 8,4 bilhões, aumento de 62,7% em relação ao mesmo período de 2021. Nos nove meses de 2022, o lucro líquido ajustado do BB atingiu R\$ 22,72 bilhões, crescimento de 50,9% em relação ao período imediatamente anterior.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB (CEBB), João Fukunaga, o desempenho positivo é importante, pois diz respeito à saúde da entidade. Mas os lucros astronômicos reforçam a destituição do caráter público do BB.

“Em governos anteriores, o banco já apresentou lucros consideráveis, garantindo o pagamento dos acionistas e não perdendo sua função pública, pelo contrário, aumentou o número de agências e o nível de bancarização no país”, explicou, frisando que “o papel dos bancos públicos é auxiliar o Estado no crescimento de setor produtivo, infraestrutura e redução das desigualdades, a partir da oferta de crédito a juros mais baixos para as famílias, microempreendedor, pequenos empresários e agricultores”.

Dividendos

Junto com o anúncio do resultado trimestral, que aconteceu nesta quarta-feira (9) após fechamento do mercado, o BB informou ter aprovado a distribuição de mais de R\$ 486,6 milhões a título de remuneração aos acionistas sob a forma de dividendos e mais de R\$ 1,8 bilhão sob a forma de Juros sobre Capital Próprio (JCP), ambos relativos ao terceiro trimestre de 2022.

Fukunaga observou, com base neste e nos relatórios financeiros dos últimos quatro anos, “um BB mais preocupado em apresentar recordes de lucro para atender apenas interesses de acionistas”. E, nos últimos meses deste ano, uma “aceleração da apresentação de resultados e pagamento de dividendos” de empresas estatais. “O lucro em empresas públicas é bem-vindo. Mas a que custo ele ocorre, sobretudo neste momento, de final de mandato?”, questionou.

“É curioso que, diante de uma economia patinando, aumento da miséria e índice de famílias brasileiras com contas em atraso passando dos 30% [de acordo com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo/CNC], a prioridade de um banco público como o BB seja agir como qualquer banco privado, para atender expectativas de acionistas”, pontuou ainda.

Fukunaga frisou que existem “várias maneiras de aproveitar o BB para combater a crise econômica, sendo uma delas a redução dos spreads bancários [a diferença entre o custo de captação dos bancos e o que eles cobram nos empréstimos a seus clientes]”, lembrando que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, já declarou propostas para que os bancos públicos voltem a ajudar famílias e microempresários endividados.

Emprego e agências

As demonstrações financeiras do BB no trimestre registram também o aumento de 117 postos de trabalho no terceiro trimestre do ano e 1.361 em 12 meses, além da redução de oito agências no período.

“O volume de contratação é muito pequeno e longe de recompor os mais de 10 mil postos de trabalho que foram cortados desde 2016. Já o número de agências continua defasado. Nos últimos seis anos, o BB fechou mais de 1.500 unidades, a maioria agências de periferia e de pequeno porte, como fazem os bancos privados,

que mantêm agências nos grandes centros, em detrimento da população no geral”, mostrou Fukunaga.

Ele ressaltou que, durante a gestão Fausto Ribeiro, atual presidente do BB, e de Carlos Motta, vice-presidente de Negócios de Varejo (área do banco responsável por definir as metas), o movimento sindical registrou um aumento de casos de adoecimento de bancários, seja por conta de assédio moral para alcançar metas “em níveis abusivos”, seja pela redução de postos de trabalho, ocasionando sobrecarga e acúmulo de funções aos bancários mantidos.

“Nossa expectativa, a partir de 2023, é que, junto à valorização do BB como banco público, ocorra o aumento de funcionários, impactando inclusive na realidade dos funcionária do banco, submetidos a sobrecarga de trabalho por causa do enxugamento de postos”, completou.

Banco de investimento

Durante um discurso realizado nesta quinta-feira (10), para parlamentares e partidos aliados, no auditório do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), sede do governo de transição, Lula voltou a falar do papel das empresas públicas para retomada do desenvolvimento.

“Nosso compromisso é muito simples: é reconstruir esse país”, afirmou. “A democracia está de volta, a civilidade está de volta. Esse povo vai ser ouvido, esse povo vai ter o direito de dar palpite naquilo que temos de fazer”, salientou. “Quero dizer para vocês que as empresas públicas brasileiras serão respeitadas. A Petrobras não vai ser fatiada. Quero dizer que o Banco do Brasil não vai ser privatizado, a Caixa Econômica [também não]”, afirmou. “E o BNDES, o BRB (Banco Nacional de Brasília) e o Basa (Banco da Amazônia) voltarão a ser banco de investimento, banco de investimento inclusive para pequenos e médios empreendedores.”

Fonte: CONTRAF

Patrão não pode demitir por divergência política. Conheça seus direitos

Legalmente o trabalhador não pode ser demitido por ter ou manifestar sua opinião política. Patrões podem ter de pagar multas e reintegrar o demitido ao trabalho

NALU VACCARIN / MGIORA



Desde o início da campanha para as eleições presidenciais deste ano, mas principalmente no segundo turno, trabalhadores e trabalhadoras denunciaram patrões por sofrerem ameaças de demissão, caso não votassem no candidato apoiado por eles, o atual presidente Jair Bolsonaro (PL). Alguns concretizaram as ameaças e dispensaram trabalhadores que manifestaram seu voto ou afirmaram ter votado no vencedor da disputa, o ex-presidente Lula

(PT), eleito para um terceiro mandato.

Tanto os que ameaçaram quanto os que demitiram por questões político-partidárias cometeram um crime. Os casos ilegais, os chamados assédio eleitoral, estão sendo investigados pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que inclusive, recebeu mais de 500 denúncias feitas por trabalhadores no Portal da CUT Nacional, que disponibilizou um espaço para isso.

Até agora, o MPT recebeu 2.749 denúncias de assédio eleitoral, envolvendo 2.093 empresas e instituições públicas. O total de casos é 13 vezes maior do que em 2018 e o de denunciadas, 21 vezes maior. Apesar de as eleições já terem acabado, o MPT afirma que investigações, ações e termos de ajustes de conduta (TACs) serão mantidos.

Saiba como denunciar e quais são os seus direitos

Fui demitido e agora?

Para esclarecer os direitos do trabalhador nesses casos, os advogados Antonio Megale e Fernanda Giorgi, sócios do escritório LBS, que atende a CUT Nacional, ressaltam que a Constituição brasileira proíbe esse tipo de demissão, inclusive com pena de pagamento de multas ao trabalhador discriminado.

“A demissão em razão de opinião política está relacionada a um fato que não se refere ao desempenho da pessoa em seu posto de trabalho e, por isso, constitui dispensa discriminatória. A Lei nº 9.029/95 proíbe práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho”, afirmam.

Esse tipo de prática também é condenada internacionalmente. A Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) define discriminação como “toda distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidade ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão” ou, ainda, “qualquer outra distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou tratamento em matéria de emprego ou profissão”.

O que fazer nesses casos?

A pessoa vítima de discriminação deve noticiar o ocorrido ao seu sindicato, que, além de prestar apoio ao trabalhador ou à trabalhadora, pode tomar providências junto à empresa e às autoridades públicas.

Como provar que a dispensa foi discriminatória em razão de opinião política?

Provar a motivação da demissão pode ser um desafio, mas é possível. Nessas eleições, por exemplo, tomamos conhecimento de muitas situações em que as ameaças e a pressão feitas para favorecer determinada candidatura foram registradas em fotos, vídeos e nas redes sociais. Além disso é possível demonstrar que a causa da demissão foi discriminação política com depoimentos de testemunhas, e-mails, e conversas no celular.

Caso a Justiça do Trabalho seja acionada, é possível reverter a demissão, mas nem sempre a vítima vai querer retornar ao posto de trabalho. Nesse caso, reconhecido o caráter discriminatório da dispensa, a vítima receberá uma indenização.

Que tipo de indenização posso receber?

Juridicamente, a vítima desse tipo de discriminação pode pedir reintegração ao trabalho e indenização pelos danos morais e materiais sofridos.

Segundo os advogados, a lei estabelece multa de dez vezes o valor do maior salário pago ao empregado, elevado em 50% em caso de reincidência.

FONTE: CUT - Rosely Rocha | Editado por:

Marize Muniz

Autoridades de Saúde recomendam uso de máscaras diante de nova onda da covid-19



Contágios e internações por covid-19 seguem em trajetória de crescimento no Brasil. A alta fez com que o Ministério da Saúde recomendasse nesta segunda-feira (14) o uso de máscaras. A pasta seguiu a orientação de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que já haviam emitido alerta. Os estados estudam o retorno da obrigatoriedade em locais fechados, decisão que pode sair nos próximos dias.

Na última semana, a reportagem da RBA alertou para a elevação da taxa de transmissão (rT) durante o feriado prolongado. Na última quinta-feira (10) o índice era de 1,18, ou seja, cada 100 pessoas contaminadas transmitiam para 118. A expectativa era de que o valor chegasse a 1,35 no feriado. Hoje, o governo do Distrito Federal anunciou o número exato, maior desde o dia 24 de junho.

Embora os casos e internações estejam em elevação, as vacinas seguem cumprindo o importante papel de impedir mortes e o agravamento de muitos casos. Ontem, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) identificou quatro mortes. Hoje, o número registrado foi de 36. Cada vítima representa uma perda irreparável, contudo, o índice de mortalidade está muito abaixo dos registrados antes das vacinas. Em abril de 2021, por exemplo, as mortes ultrapassavam as 3 mil por dia no país.

Mutação no Amazonas

Mesmo com a importância das vacinas evidente dia após dia, o cenário atual demanda cautela. Isso porque o surto atual tem relação com a circulação de novas subvariantes da variante ômicron. A principal delas, BQ.1 vem provocando aumento de internações e mortes em todo o mundo. E hoje, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) identificou uma nova subvariante no estado do Amazonas. Ela foi chamada de BE.9.

Durante os dias mais difíceis da pandemia, o Amazonas foi um dos principais focos mundiais da covid-19. Acredita-se que a variante gama tenha se desenvolvido lá. Entre os principais fatores que levam a isso, o descaso do governo federal com o estado. De acordo com a CPI da Covid, o governo Bolsonaro tratou o surto no estado como “laboratório” para experimentar drogas ineficazes como a cloroquina. O resultado foi o colapso do sistema hospitalar, com pessoas morrendo sem oxigênio.

Ainda é cedo para os cientistas cravarem que a nova subvariante representa um risco maior. Contudo, as linhagens da ômicron vem apresentando maior escape vacinal e grande poder de contágio. “O que ocorre no estado tende a se repetir em outras regiões e pode estar acontecendo novamente”, afirma em nota o pesquisador da Fiocruz Tiago Gräf. De acordo com a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas, os casos de covid-19 no estado aumentaram seis vezes de outubro para novembro.

Vacinação e covid

Em todo o país, o número de casos de covid-19 aumentou 120% apenas na última semana. Isso significa um salto de 3,8 mil casos diários para 8,5 mil. As mortes saltaram de uma média diária de 36 para 46, um aumento de 28%.

Cientistas explicam que muitas dessas mortes são de pessoas com os reforços vacinais em atraso. Apenas em São Paulo, estima-se que 9 milhões não tomaram sequer a terceira dose, sendo que a quarta já está disponível para a população adulta.

Então, cabe aos brasileiros estarem em dia com a vacinação. Por outro lado, cientistas cobram que o Ministério da Saúde assine contratos para aquisição de uma vacina mais moderna, chamada de bivalente. Desde setembro, a farmacêutica Pfizer fez pelo menos dois contatos com o governo, sem resposta.

Foto: Cristine Rochol/PMPA

Fonte: Gabriel Valery – Rede Brasil Atual

Cresce apoio à semana de trabalho de quatro dias, aponta pesquisa

Redução da jornada de trabalho sem perda salarial abre espaço para novas contratações, melhora produtividade dos trabalhadores e reduz adoecimentos



Mais de 80% dos trabalhadores concordam que a jornada de trabalho poderia ser cumprida em quatro dias na semana e não em cinco. Esse é o resultado de uma pesquisa do portal de vagas Emprego.com.br.

De acordo o secretário nacional de Relações do Trabalho da CUT, Ari Aloraldo do Nascimento, a proposta de redução traz em seu escopo a importância da qualidade de vida do trabalhador.

“Algumas categorias, trabalham sábado e domingo e ficam aguardando a boa vontade, vamos dizer assim, do empresário para ter uma folga em um dia da semana. O que está de certa forma muito embutido nisso (de redução da jornada) é a qualidade de vida do trabalhador. Ou seja, ele ter tempo para lazer e para a sua família. Então a qualidade de vida é um dos principais pontos quando a gente discute a redução da jornada de trabalho”, observa ao repórter Jô Miyagui, do Seu Jornal, da TVT.

Há países da Europa que já adotam semana de quatro dias ou outras formas de redução da jornada. E outros, como Portugal, e também a Nova Zelândia, na Oceania, debatem o tema. Mas, por aqui, ainda são poucas as empresas que apoiam – apenas 5%, diz a pesquisa. No entanto, experiências de adoção dessa medida apontam que resultados obtidos com a redução da jornada, como profissionais mais produtivos e menos doentes, também beneficiam o empregador.

Experiência em São Paulo

Um desses casos está no município de Rio das Pedras, interior de São Paulo, onde a empresa Solpack Agronet reduziu a jornada de oito para seis horas diárias, sem cortar os salários. Em contrapartida, a companhia obteve 25% de aumento na produtividade.

O pesquisador Marcelo Manzano, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), destaca que a redução da

jornada “é fundamental sob diversas óticas”, inclusive para o empresariado.

“A Europa tem um movimento grande atualmente de ‘a sexta será o novo sábado’, com vários países tentando esse modelo. Então você elimina um dia de funcionamento das empresas, de atividades produtivas. O que significa uma redução de custos indiretos, redução de custos de aluguel, de eletricidade, redução de custos de transporte para as pessoas se deslocarem. As cidades ficariam mais aliviadas, menos sobrecarregadas, porque as pessoas se revezariam em horários diferentes para ir trabalhar. Quer dizer, essa redução da jornada é fundamental”, defende.

Bom para todos

A avaliação é que a economia como um todo pode sair ganhando com a redução da jornada de trabalho. Pode haver contratação de mais empregados e a economia tende a ficar mais aquecida pela circulação de dinheiro e demanda de produtos e serviços.

“Eventualmente, um trabalhador que reduz a sua jornada de 40 horas semanais para 30, talvez a empresa se sinta estimulada para contratar um outro para essas 10 horas a menos que

estão sendo realizadas. Trabalhar menos para que trabalhem todos. Se todo mundo trabalhar menos horas por semana, vai haver emprego para mais gente”, sugere o economista.

Não é nova, contudo, a ideia de redução da jornada de trabalho sem corte de salários. As centrais sindicais querem agora aproveitar que o próximo governo, recém-eleito, de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é mais atento às demandas dos trabalhadores, para discutir as prioridades do mundo trabalhista, inclusive a redução da jornada laboral ou a semana de quatro dias. De acordo com o dirigente da CUT, as entidades preparam um documento unitário ao futuro presidente com as propostas.

“Tem vários pontos que foram duramente atacados nas reformas, tanto a da Previdência, como a trabalhista, com a reforma sindical, a terceirização na atividade fim. Então, esse debate vem sendo construído dentro das centrais para apresentar ao novo governo vários pontos, inclusive sobre esse ponto (da redução da jornada) que está combinado com a redução do desemprego”, ressalta Ari Nascimento.

Foto: ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)

Fonte: Rede Brasil Atual

11º CONGRESSO NACIONAL DOS VIGILANTES

Análise da Conjuntura Nacional e Internacional
Piso Nacional
Negociações coletivas de 2023
Estatuto da Segurança Privada e Perspectivas

América Towers Hotel,
Rua Frederico Simões, 120, Caminho das Árvores,
Salvador/BA

Salvador/BA 24 e 25 de novembro de 2022

Realização: CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes

UNI global union CUT DRESE

Apoio: Federações de Vigilantes e sindicatos de vigilantes

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF